

SUMÁRIO

PREFÁCIO À 1.ª EDIÇÃO – TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER.....	9
NOTA DO AUTOR À 1.ª EDIÇÃO	11
1. ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA	19
2. DIREITO ESTRANGEIRO	24
3. DEFINIÇÃO E NATUREZA JURÍDICA DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	28
4. A REFORMA DE 1994	38
4.1 Prazo de oposição	41
4.2 Interrupção do prazo para interposição de outro recurso	42
4.3 A pena para os embargos protelatórios	43
4.4 Exclusão da “dúvida”	45
4.5 Omissão do legislador quanto às decisões interlocutórias	47
5. DECISÕES QUE PODEM SER ATACADAS PELOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	49
5.1 Decisões interlocutórias e despachos	50
5.2 Decisões monocráticas	58
5.3 Decisão que afasta a repercussão geral da questão constitucional....	62
6. EFEITO DEVOLUTIVO E SUSPENSIVO E INTERRUPTÃO DO PRAZO PARA OUTROS RECURSOS	68
6.1 O efeito devolutivo	68
6.2 O efeito suspensivo	71
6.2.1 Efeito suspensivo e iminência de dano	76
6.2.2 Antecipação de tutela e conceitos vagos	80
6.3 Interrupção do prazo para outros recursos	82
6.3.1 Breve registro histórico.....	83
6.3.2 Os embargos protelatórios e os incabíveis	86
7. HIPÓTESES DE CABIMENTO	92
7.1 A obscuridade.....	93

7.2	A contradição	97
7.2.1	A contradição deve estar na decisão	99
7.2.2	A contradição entre o acórdão e a ementa	100
7.2.3	A contradição entre o voto e o acórdão	102
7.3	A omissão	103
7.3.1	Os embargos “prequestionadores”	106
7.3.2	O voto vencido	107
7.4	O erro material	110
7.5	O erro de fato	114
8.	O PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO	118
8.1	O contraditório nos embargos de declaração	119
9.	COMPETÊNCIA	128
10.	LEGITIMIDADE E INTERESSE PARA EMBARGAR	132
11.	PREPARO	137
12.	SUSTENTAÇÃO ORAL	139
13.	PRAZO PARA OPOSIÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	141
14.	FUNGIBILIDADE RECURSAL	143
14.1	Pressuposto para aplicação do princípio da fungibilidade recursal ..	146
14.2	O problema do prazo	148
14.3	A fungibilidade e os embargos de declaração	151
15.	SUBSTITUIÇÃO OU INTEGRAÇÃO DA DECISÃO	157
16.	REFORMATIO IN PEJUS	159
16.1	Reformatio in pejus e embargos de declaração	161
17.	OS EMBARGOS NOS JUIZADOS	164
18.	OS EMBARGOS NA LEI DA ARBITRAGEM	170
19.	ADITAMENTO OU REITERAÇÃO DO RECURSO INTERPOSTO ANTES DO JULGAMENTO DOS EMBARGOS	172
20.	OPOSIÇÃO DOS EMBARGOS CONTRA DECISÃO NOS EMBARGOS ...	178
21.	EFEITOS INFRINGENTES	182
21.1	Evolução doutrinária e jurisprudencial	184

21.2	Possibilidade dos efeitos infringentes.....	191
21.2.1	Obscuridade.....	193
21.2.2	Contradição.....	194
21.2.3	Omissão.....	196
21.2.4	Erro material.....	198
22.	O PREQUESTIONAMENTO.....	202
22.1	Evolução histórica.....	204
22.2	O recurso extraordinário.....	208
22.3	O recurso especial.....	214
22.4	O juízo de admissibilidade e o juízo de mérito dos recursos.....	217
22.4.1	Os requisitos de admissibilidade genéricos.....	221
22.4.2	Os requisitos de admissibilidade específicos do recurso extraordinário e do recurso especial.....	224
22.4.3	O agravo de despacho denegatório de recurso especial e de recurso extraordinário.....	227
22.4.4	O agravo contra a decisão do relator que nega seguimento ao recurso.....	230
22.5	Definição de prequestionamento.....	232
22.6	Fundamento legal.....	238
22.7	Desnecessidade de indicação do dispositivo legal no acórdão.....	243
22.8	Pquestionamento explícito e implícito.....	246
22.9	Pquestionamento e questões de ordem pública.....	249
23.	OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO “PREQUESTIONADORES”.....	254
23.1	Causa de oposição: omissão.....	256
23.2	Proibição de introdução de questão nova.....	259
23.2.1	Questão de ordem pública.....	262
23.3	Embargos de declaração “prequestionadores” não devem ser considerados protelatórios.....	265
23.4	Persistência da omissão mesmo após os embargos.....	268
23.5	Questão federal ou constitucional surgida no acórdão.....	279
23.6	Questão federal e constitucional: omissão sobre apenas uma delas ...	284
	NOTAS DE CUNHO CONCLUSIVO.....	287
	BIBLIOGRAFIA.....	293
	OBRAS PUBLICADAS NESTA SÉRIE.....	303